

22 JUL 1997

Venda da Vale melhorou contas públicas

No acumulado em 12 meses, o déficit nominal caiu para 5,53% do PIB e o operacional subiu para 3,47%

Ivanir José Bortot
de Brasília

Avenda da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) contribuiu para um ajuste patrimonial de R\$ 3,7 bilhões na conta de ativos e passivos públicos ao transferir débitos da União ao setor privado e cancelar parte da dívida mobiliária federal.

O impacto fiscal da privatização da Vale, porém, deverá ser bem menor, embora ainda não tenha sido mensurado. A venda da estatal contribuiu, de qualquer forma, junto com a elevação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), para reduzir as despesas com juros reais, melhorando o déficit do setor público no primeiro quadrimestre, pelos conceitos nominal (que considera a variação total das necessidades de financiamento do setor público) e operacional (que exclui a corréção monetária da dívida).

O déficit nominal caiu de R\$ 3,57 bilhões em abril para R\$ 2,568 bilhões, em maio, no acumulado dos primeiros quatro meses do ano. A queda do déficit operacional foi mais expressiva, de R\$ 2,565 bilhões para R\$ 1,432 bilhão no mesmo período.

Mas o déficit público medido pelo fluxo acumulado nos últimos 12 meses teve um comportamento contraditório: pelo conceito operacional, subiu de 3,39% do Produto Interno Bruto (PIB), em abril, para 3,47%, em maio; e pelo conceito nominal, caiu de 5,67% do PIB para 5,53% do PIB no mesmo espaço de tempo.

O aumento da arrecadação dos impostos pela União, especialmente com a Contribuição Provisional Sobre Movimentação Financeira (CPFM), e a redução das despesas de custeio dos Estados contribuíram para a redução do superávit primário (que são as receitas menos despesas exclusivas dos juros) de R\$ 991 milhões, no primeiro quadrimestre.

O superávit primário consolidado do setor público, no acumulado de 12 meses, passou de zero em abril para 0,08% do PIB em maio, ficando muito aquém da meta da equipe econômica de 1,5% do PIB até o final do ano. "É uma meta que devemos atingir, embora tenhamos apenas oito meses pela frente", disse o chefe do Departamento Econômico do Banco Central (Depec), Altamir Lopes.

O crescimento global da dívida líquida do setor público estabilizou pelo efeito do ajuste patrimonial provocado pela venda da Vale do Rio Doce. Só que a dívida fiscal líquida, que provoca impacto sobre a necessidade de financiamento do setor público, ao contrário, cresceu. A dívida líquida fiscal da União, estados, municípios e empresas estatais aumentou de R\$ 266,9 bilhões, em abril, para R\$ 269,5 bilhões, em maio.

O ajuste patrimonial líquido ficou em R\$ 3,176 bilhões em maio. O valor é resultado de um ganho de R\$ 3,7 bilhões com a venda da Vale e o reconhecimento de R\$ 624 milhões de dívidas

antigas. Assim, o saldo da conta de ajuste patrimonial caiu de R\$ 15,749 bilhões, em abril, para R\$ 12,573 bilhões, em maio. A dívida líquida fiscal mais o ajuste patrimonial ajudou a reduzir a dívida global líquida de R\$ 282,7 bilhões, em abril, para R\$ 282,1 bilhões, em maio.

A privatização da Vale implicou na transferência de R\$ 2,15 bilhões de dívidas que eram da empresa e, portanto, de responsabilidade do Tesouro Nacional, para o setor privado. Houve, ainda, o efeito de resgate de R\$ 1,55 bilhão de títulos da dívida mobiliária federal feita pelo Tesouro Nacional com o dinheiro que recebeu pela venda da Vale, ajudando a reduzir as despesas com juros. Nos dois casos houve uma impacto fiscal, mas o Banco Central não conseguiu apurar a sua extensão exata.

A parcela de R\$ 1,745 bilhão, que integra o valor global de R\$ 3,2 bilhões da venda da Vale, acabou não tendo impacto fiscal algum. É que os recursos foram usados em uma operação triangular entre o Tesouro Nacional, a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, envolvendo papéis do Fundo das Compensações sobre Variações Salariais (FCVS).

O Tesouro usou os recursos da venda da Vale para pagar ações que o BNDES tinha junto a estatal. O BNDES comprou créditos de FCVS, em valor equivalente, junto à Caixa Econômica Federal, o que levaria a uma quitação de dívida de responsabilidade do Tesouro Nacional e criou uma linha de empréstimo para financiar a infra-estrutura.

A operação de quitação da dívida não teve nenhum impacto uma vez que as dívidas do FCVS não vêm sendo contabilizadas oficialmente pela União. "Os seus efeitos sobre o déficit público já foram registrados no passado", disse Lopes.

O déficit operacional das contas públicas acabou tendo uma melhora significativa em maio, devido à elevação da inflação medida pelo IGP-DI centrado de maio, que é apurado com uma parte dos preços de abril e outra de maio. O juro aplicado sobre o estoque da dívida líquida do setor público, interna e externa, caiu de 16,6% ao ano em abril para 16,2% em maio. A parcela dos juros aplicada sobre a dívida externa líquida caiu de 9,8% em abril para 9,6% ao ano em maio. A aplicação deste custo de juros é feita depois de contabilizar todos as receitas com aplicação das reservas internacionais. O custo dos encargos da dívida líquida interna caiu de 17,6% para 17,2% no mesmo período.

As despesas do setor público com juros reais, apesar desta queda de taxas no acumulado dos últimos 12 meses, até aumentaram em maio. A despesa com juros reais subiu de 3,39% do PIB em abril para 3,56% em maio, sendo um dos fatores que explica o aumento do déficit operacional. A União é que aparece com maior

despesas de juros. O desembolso feito com juros nos últimos 12 meses foi de R\$ 15,1 bilhões para a União. Os estados gastaram R\$ 10,6 bilhões e as empresas estatais, R\$ 3,3 bilhões.

A melhora do déficit nominal, ao contrário, ficou por conta do comportamento das contas dos estados e municípios. As unidades federativas conseguiram reduzir o

déficit nominal acumulado em 12 meses de R\$ 20,1 bilhões em abril para R\$ 19 bilhões em maio. A União, ao contrário, elevou o déficit de R\$ 21,5 bilhões para R\$ 21,9 bilhões na mesma comparação, enquanto as contas das estatais ficaram inalteradas.

Nas contas pelo conceito primário, da mesma forma, os estados tiveram o melhor desempe-

nho. O déficit primário de R\$ 2,5 bilhões que vinha sendo acumulado até abril caiu para R\$ 1,453 bilhão em maio. O superávit primário da União, que era de R\$ 1,656 bilhão acumulado até abril, caiu para R\$ 1,192 bilhão e o superávit das empresas estatais melhorou de R\$ 835 milhões em abril, no acumulado de 12 meses, para R\$ 943 milhões, em maio.

BASE MONETÁRIA E COMPONENTES

Média dos saldos nos dias úteis

Período	Base monetária		Papel-moeda emitido		Reservas bancárias		Variação percentual
	R\$ milhões	Variação percentual	R\$ milhões	Variação percentual	R\$ milhões	Variação percentual	
	No mês	Em 12 meses	No mês	Em 12 meses	No mês	Em 12 meses	
1995 Dez	20.746	23,9	20,2	13.155	29,6	43,5	15,1
1996 Dez	20.106	19,3	-3,1	16.780	22,9	27,6	3,7
1997 Jan	20.620	2,6	0,5	18.288	-3,1	33,0	-47,4
Fev	22.610	9,7	22,4	16.013	-1,6	35,6	6.597
Mar	24.697	9,2	37,0	15.838	-1,1	38,5	8.859
Abr	24.672	-0,1	41,4	15.479	-2,3	34,9	9.193
Mai*	24.450	-0,9	38,9	15.540	0,4	34,0	8.911
Jun*	24.706	1,0	41,6	15.614	0,5	29,2	9.092
							2,0
							69,6

1/ Em relação ao último dia do mês anterior. Programação monetária para o 2º trimestre de 1997: R\$ 24,0 bilhões - R\$ 28,1 bilhões (ponto médio das previsões: 49,3% em 12 meses). * Dados preliminares.

FATORES CONDICIONANTES DA BASE MONETÁRIA

Fluxos acumulados no mês

Período	Tesouro Nacional 1/	Depósitos						Variação da base monetária
		Operações c/ títulos públicos federais	Operações do setor externo	Assistência financeira de liquidez	Instituições financeiras 2/	Fundos de investimento	Total	
1995 Dez	913	2.456	268	2.035	941	-877	64	386
1996 Dez	444	2.309	234	176	-1.399	-1.157	-2.556	3.520
1997 Jan	2.175	-586	-1.305	2.495	-816	2.026	1.210	55
Fev	-560	1.166	-75	-6.738	-1.224	3.679	2.455	-3.575
Mar	-328	-1.565	-611	2.742	-1.315	1.061	-254	2.039
Abr	-2.043	1.237	-1.484	7.221	-654	685	32	4.967
Mai*	-2.871	-684	2.586	-3.481	-1.768	349	-1.419	-5.551
Jun*	167	1.215	-1.389	3.191	-704	253	-451	184
								2.916

1/ Não inclui operações com títulos. 2/ Inclui compulsório sobre depósitos judiciais e sobre fianças, depósitos vinculados ao SBPE, depósitos sobre insuficiência de aplicação em crédito rural, recolhimento do Proagro, depósitos de instituições financeiras - Resolução nº 1.718, depósitos vinculados a operações ativas e passivas, sobre operações de crédito, depósitos a prazo e DER (a partir de novembro de 1995). * Dados preliminares.

NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO

Fluxos dos últimos 12 meses

Período	Operacional 2/			Juros reais			Primário			% PIB 1/	
	Governo federal e Banco Central	Governos estaduais e municipais	Empresas estatais 3/	Total	Governo federal e Banco Central	Governos estaduais e municipais	Empresas estatais 3/	Total	Governo federal e Banco Central	Governos estaduais e municipais	Empresas estatais 3/
1991 Dez	-0,31	-1,18	0,08	-1,41	0,56	0,20	0,80	1,56	-0,87	-1,39	-0,72
1992 Dez	0,80	0,80	0,62	2,21	2,11	1,15	1,27	4,53	-1,31	-0,35	-0,65
1993 Dez	0,00	-0,23	-0,02	-0,25	1,42	0,32	0,63	2,38	-1,42	-0,55	-0,85
1994 Dez	-1,57	0,56	-0,31	-1,32	1,48	1,41	0,88	3,77	-3,05	-0,85	-5,09
1995 Dez*	1,63	2,31	0,84	4,79	2,20	2,14	0,79	5,14	0,57	0,17	0,05
1996 Jan*	2,05	2,47	0,97	5,49	2,26	2,11	0,77	5,13	-0,21	0,36	0,20
Fev*	1,88	2,46	0,76	5,1							